


**DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA FRENTE
AOS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM**

**CHALLENGES IN TEACHER TRAINING FOR INCLUSIVE EDUCATION IN THE CONTEXT
OF LEARNING DISORDERS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.020-024>

Márcia Rosane Vieira

Doutorado em Ciências Sociais - UFBA
E-mail: marciavieira.cultura@gmail.com

Cleide Ferreira da Silva

Especialização em Alfabetização e Letramento - Faculdade de Educação de Tangará da Serra
E-mail: cleidef75@hotmail.com

Maria Regiane da Silva Cruz Souza

Especialização em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento - Faculdade Afirmativo
E-mail: regianeabass27@gmail.com

Maria de Nazaré Alves de Aquino

Especialização em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia - Faculdade Afirmativo
E-mail: nazaremayasaa@gmail.com

Fernando Ferro Pinto

Mestre em Saúde Pública - Unioeste
E-mail: fer_nando_ferro@hotmail.com

Adriana de Menezes

Mestrado em Novas Tecnologias Digitais na Educação - Centro Universitário UniCarioca
E-mail: adridmenezes@gmail.com

Meyre de Almeida

Especialização em Atendimento Educacional Especializado - Faculdade Dom Alberto
E-mail: meyreipc@gmail.com

Maria das Dores de Souza Cruz

Especialização em Educação Especial e Inclusiva - ANHANGUERA
E-mail: dsouzatk03@gmail.com

Ana Luiza Barcelos Ribeiro

Doutorado em Cognição e Linguagem - UENF
E-mail: analuizabarcelos32@yahoo.com.br

Sandra Pereira de Souza

Graduação em Pedagogia – FAEL
E-mail: sandrasouza.12@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os principais desafios enfrentados na formação de professores para a educação inclusiva, com foco nos transtornos de aprendizagem como dislexia, TDAH, discalculia e outros. A partir de uma abordagem crítica, discute-se a insuficiência da formação inicial, a fragilidade da formação continuada, a dificuldade na identificação precoce dos transtornos e a escassez de recursos pedagógicos e institucionais. Também são apresentadas alternativas e estratégias que podem fortalecer a prática docente, como o uso de tecnologias assistivas, adaptações curriculares, trabalho colaborativo e escuta ativa dos alunos. Conclui-se que a superação desses desafios exige investimento em políticas públicas, valorização da formação docente e construção de uma cultura escolar inclusiva e democrática.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Formação docente; Transtornos de aprendizagem; Tecnologias assistivas; Adaptação curricular.

ABSTRACT

This article analyzes the main challenges faced in teacher training for inclusive education, with a focus on learning disorders such as dyslexia, ADHD, dyscalculia, and others. Through a critical approach, it discusses the limitations of initial training, the fragility of continuing education, the difficulty in early identification of disorders, and the lack of pedagogical and institutional resources. It also presents alternatives and strategies that can strengthen teaching practices, such as the use of assistive technologies, curricular adaptations, collaborative work, and active listening to students. The study concludes that overcoming these challenges requires investment in public policies, valuing teacher education, and building an inclusive and democratic school culture.

Keywords: Inclusive education; Teacher training; Learning disorders; Assistive technologies; Curriculum adaptation.



1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um direito assegurado por várias legislações tanto em nível nacional quanto internacional, incluindo a Constituição Federal do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa abordagem defende que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, devem ter acesso à aprendizagem em ambientes escolares regulares, respeitando suas particularidades e promovendo a equidade. Contudo, a implementação desse modelo enfrenta diversos obstáculos, especialmente no que se refere à formação de educadores.

Um dos grandes desafios é a capacitação dos professores para atender a alunos com dificuldades de aprendizagem, como dislexia, discalculia, disgrafia e TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade). Essas dificuldades não devem ser vistas como doenças, mas sim como condições neurobiológicas que impactam o processamento de informações e que requerem métodos de ensino adaptados. A falta de compreensão a respeito dessas questões pode resultar na exclusão silenciosa de estudantes que, apesar de seus potenciais, não conseguem acompanhar o ritmo da turma sem as devidas adaptações.

A formação inicial dos professores frequentemente não inclui uma abordagem aprofundada sobre educação inclusiva. Os programas de licenciatura costumam priorizar aspectos tradicionais do ensino, negligenciando temas como neurodiversidade, métodos pedagógicos adaptados e estratégias de intervenção. Por outro lado, a formação continuada, embora prevista pelas políticas públicas, nem sempre é acessível, atualizada ou alinhada com as necessidades reais de um ambiente escolar inclusivo.

Adicionalmente, os educadores enfrentam desafios práticos no dia a dia escolar, como escassez de recursos didáticos, falta de suporte especializado, turmas grandes e tempo insuficiente para planejamento. Esses elementos contribuem para uma sensação de falta de preparo e sobrecarga, tornando a implementação de práticas inclusivas mais complicada. Nesse cenário, torna-se crucial discutir maneiras de fortalecer a formação de professores, assegurando que eles estejam aptos a reconhecer, acolher e ensinar alunos com dificuldades de aprendizagem.

Este artigo se propõe a examinar os principais desafios que educadores enfrentam na educação inclusiva, com ênfase nas dificuldades de aprendizagem, além de sugerir reflexões sobre políticas, práticas e estratégias que possam promover uma formação mais sensível, eficaz e transformadora.

2 LACUNAS NA FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES

A formação inicial dos educadores serve como um fundamento para uma prática pedagógica que inclua todos os alunos, no entanto, ainda há grandes deficiências em relação à capacitação para enfrentar dificuldades de aprendizado. Em diversos cursos de licenciatura, os temas referentes à educação especial



são abordados de maneira superficial, frequentemente limitados a eletivas ou tratados em módulos específicos. Isso compromete a criação de uma base sólida de conhecimentos, necessária para que os futuros educadores consigam identificar, entender e agir adequadamente diante das dificuldades de aprendizado observadas em sala de aula.

Além disso, predominam abordagens teóricas que não se conectam com a realidade das escolas. Muitos estudantes de licenciatura geralmente não têm experiências práticas que os coloquem em contato direto com alunos que apresentam distúrbios como dislexia, TDAH, discalculia ou disgrafia. A falta dessa vivência restringe a habilidade dos futuros professores de elaborar estratégias pedagógicas que sejam adaptáveis e atentas às necessidades desses alunos. Como apontado por Mantoan (2015), é crucial que a formação inicial estimule uma reflexão crítica sobre a diversidade e forneça as ferramentas necessárias para que o professor atue como mediador de processos inclusivos.

Outro ponto importante é a ausência de integração entre os cursos de formação de professores e as políticas públicas voltadas para a inclusão. A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2019) determina orientações para a inclusão, mas a sua aplicação é ainda bastante limitada em várias instituições. Segundo Oliveira et al. (2021), é fundamental que os currículos das licenciaturas incluam de maneira efetiva tópicos como neurodiversidade, práticas pedagógicas inclusivas, avaliações diferenciadas e o uso de tecnologias assistivas.

A falta de formação específica também ajuda a perpetuar estigmas e preconceitos. Professores que não entendem os transtornos de aprendizagem podem interpretar comportamentos como desatenção, lentidão ou dificuldades de leitura como falta de dedicação ou indisciplina, o que prejudica a relação pedagógica e reforça obstáculos ao aprendizado. Fonseca (2019) enfatiza que o conhecimento técnico é crucial para que o educador possa distinguir entre dificuldades pedagógicas e transtornos neurobiológicos, permitindo a adoção de intervenções adequadas e a promoção de um ambiente escolar mais justo e acolhedor.

Portanto, preencher as lacunas na formação inicial dos professores é um passo fundamental para estabelecer a educação inclusiva. Isso requer uma revisão abrangente dos currículos, a valorização de práticas pedagógicas inclusivas e a intensificação da conexão entre teoria e prática. A formação de educadores deve ser considerada um processo contínuo, que se inicia na graduação e se prolonga ao longo da carreira, sempre em sintonia com as demandas reais das escolas e com os princípios da inclusão.

3 FRAGILIDADE NA FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada é um dos pilares para a atualização e o aprimoramento das práticas pedagógicas, especialmente no contexto da educação inclusiva. No entanto, muitos professores enfrentam dificuldades para acessar cursos, oficinas e programas de capacitação que abordem de forma específica os



transtornos de aprendizagem. Essa fragilidade compromete a qualidade da intervenção pedagógica e perpetua práticas excludentes, mesmo em escolas que se propõem inclusivas.

Um dos principais obstáculos é a falta de tempo e de condições institucionais para que os docentes participem de formações. A rotina escolar é marcada por múltiplas demandas, planejamento, correção de atividades, reuniões, atendimento a famílias, o que torna difícil a dedicação a estudos complementares. Além disso, muitas formações são oferecidas em horários incompatíveis com a jornada de trabalho ou exigem deslocamentos que não são viáveis para professores que atuam em regiões periféricas ou rurais.

Outro ponto crítico é a qualidade e a relevância das formações disponíveis. Em muitos casos, os cursos oferecidos pelas redes de ensino são genéricos, pouco contextualizados e distantes da realidade das salas de aula. Segundo Oliveira et al. (2021), a formação continuada precisa ser prática, reflexiva e voltada para os desafios concretos enfrentados pelos professores, como a adaptação de atividades, o uso de tecnologias assistivas e a gestão da diversidade em turmas heterogêneas.

A ausência de formações específicas sobre transtornos de aprendizagem como dislexia, TDAH, discalculia e TEA, também é um fator limitante. Sem esse conhecimento, os professores tendem a interpretar comportamentos e dificuldades de forma equivocada, o que pode gerar estigmas e práticas punitivas. Fonseca (2019) destaca que o acesso a conteúdos atualizados sobre neurociência e psicopedagogia é essencial para que os docentes compreendam os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem e saibam como intervir de forma eficaz.

Além disso, a formação continuada deve promover espaços de troca entre os profissionais. A criação de comunidades de prática, grupos de estudo e fóruns colaborativos permite que os professores compartilhem experiências, estratégias e materiais, fortalecendo a rede de apoio e o sentimento de pertencimento. Carvalho (2020) ressalta que o apoio emocional e institucional é tão importante quanto o conteúdo técnico, pois contribui para o bem-estar docente e para a construção de uma cultura escolar inclusiva.

Por fim, é necessário que as políticas públicas valorizem e incentivem a formação continuada como parte integrante da carreira docente. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2020) prevê ações de capacitação, mas sua implementação ainda é desigual entre os estados e municípios. Investir em formações acessíveis, contextualizadas e de qualidade é um passo fundamental para garantir que os professores estejam preparados para atender às necessidades dos alunos com transtornos de aprendizagem e para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

4 DIFICULDADES NA IDENTIFICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO

O reconhecimento precoce de distúrbios de aprendizagem é um passo essencial para assegurar intervenções educacionais efetivas e prevenir que os alunos enfrentem lacunas ao longo de sua trajetória



escolar. No entanto, muitos educadores indicam sentir insegurança ao tentar identificar sinais de dislexia, TDAH, discalculia ou outros distúrbios, especialmente quando não têm formação específica nesse campo. Essa falta de preparo resulta na confusão entre dificuldades reais e desinteresse, indisciplina ou ausência de esforço, o que pode causar estigmas e prejudicar a relação pedagógica com o estudante.

Conforme mencionado por Fonseca (2019), os distúrbios de aprendizagem são condições neurobiológicas que impactam o processamento informativo e não têm relação com a inteligência ou motivação do aluno. Assim, é vital que os educadores consigam distinguir entre dificuldades pedagógicas que podem ser superadas com reforço escolar e distúrbios que necessitam de acompanhamento especializado. A falta dessa compreensão pode resultar em descaso ou na aplicação de estratégias inadequadas, que não favorecem o desenvolvimento do aluno.

Ademais, o encaminhamento para avaliação especializada frequentemente enfrenta barreiras institucionais. Em várias redes públicas de ensino, há uma carência de profissionais como psicopedagogos, psicólogos e fonoaudiólogos, o que dificulta tanto o diagnóstico quanto o suporte aos alunos. Mesmo na presença de indícios de um transtorno, o processo de encaminhamento pode ser burocrático, demorado e pouco claro, causando frustração tanto para educadores quanto para as famílias. Oliveira et al. (2021) enfatizam que a escola deve funcionar como um ambiente de acolhimento e articulação, capaz de identificar sinais, documentar observações e encaminhar alunos de maneira ética e responsável.

Outro aspecto que complica a identificação é a escassez de ferramentas pedagógicas adequadas. Muitos educadores não têm acesso a protocolos de observação, formulários de acompanhamento ou recursos que ajudem a registrar comportamentos e dificuldades frequentes. A formação continuada deve incluir o uso desses recursos e promover a interação com profissionais da saúde e educação especial. Como destaca Carvalho (2020), a colaboração em rede é crucial para assegurar que o aluno receba o suporte necessário, sem depender unicamente da percepção individual do professor.

Finalmente, é fundamental entender que a identificação e o encaminhamento não devem ser encarados como processos isolados, mas sim como parte de uma cultura escolar inclusiva. Isso implica que todos os profissionais na escola, docentes, coordenadores e gestores, precisam estar cientes e preparados para lidar com a diversidade de estilos de aprendizagem. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2020) reafirma que a escola deve garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de um diagnóstico formal, promovendo práticas pedagógicas que respeitem as individualidades.

5 ALTERNATIVAS E RECURSOS DOCENTES PARA A INCLUSÃO

Diante das dificuldades que os educadores encontram na educação inclusiva, especialmente ao lidar com alunos que possuem transtornos de aprendizagem, é crucial que eles conheçam e implementem



abordagens pedagógicas e ferramentas que promovam a justiça no processo educacional. Tais ferramentas não apenas aumentam as oportunidades de aprendizado, mas também reforçam a independência dos docentes e oferecem um ambiente escolar mais acolhedor e adaptável.

Uma das abordagens mais eficazes é a criação de adaptações no currículo e na metodologia, abrangendo a modificação de conteúdos, metas, atividades e métodos de avaliação. Por exemplo, um estudante com dislexia pode ser avaliado oralmente ou através de apresentações visuais, enquanto um aluno com TDAH pode desenvolver atividades em etapas curtas com suporte visual. Essas adaptações não implicam em diminuição das expectativas, mas na personalização do ensino para assegurar que todos os alunos tenham acesso e permaneçam na escola. Como mencionado por Fonseca (2019), a alteração do currículo é uma prática pedagógica que valoriza a diversidade como uma riqueza e não como um empecilho.

Outro recurso relevante é a aplicação de ambientes digitais inclusivos, como plataformas de aprendizagem que possibilitam o uso de vídeos, áudios, imagens e textos com variados níveis de dificuldade. Ferramentas como Google Classroom, Kahoot, Canva e Padlet podem ser utilizadas para desenvolver atividades interativas e acessíveis, promovendo o envolvimento de alunos com diferentes estilos de aprendizado. Oliveira et al. (2021) enfatizam que a implementação de recursos digitais deve ser feita de maneira intencional e seguindo critérios de acessibilidade, como uso de legendas, contrastes visuais e navegação fácil.

A mediação pedagógica colaborativa também é uma alternativa significativa. O trabalho em parcerias pedagógicas, a colaboração com professores de apoio e o envolvimento conjunto com profissionais da educação especial permitem que o professor regular divida suas responsabilidades e receba apoio técnico e emocional. Essa cooperação facilita a criação de Planos de Ensino Individualizados (PEI), o acompanhamento constante dos alunos e a troca de conhecimentos entre os educadores. Carvalho (2020) destaca que a inclusão é um esforço coletivo, e não uma função isolada do professor.

Além disso, é essencial que os educadores tenham acesso a uma variedade de materiais didáticos, como livros com fontes ampliadas, textos com pictogramas, jogos pedagógicos adaptados e recursos táteis e audiovisuais. Esses materiais devem estar disponíveis nas escolas e ser utilizados de forma planejada, levando em conta as necessidades individuais de cada aluno. A criação de recursos próprios pelos docentes, com o apoio da equipe pedagógica, também é uma prática que valoriza a criatividade e a contextualização.

Por último, a valorização da escuta atenta e do protagonismo dos alunos é um recurso pedagógico fundamental. Quando os educadores oferecem aos estudantes a oportunidade de compartilhar suas dificuldades, preferências e métodos de aprendizado, eles criam um ambiente marcado pela confiança e pelo respeito. Essa escuta deve ocorrer de forma sistemática e ser documentada, funcionando como uma base para ajustes pedagógicos e para fortalecer a ligação entre o aluno e a instituição. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2020) enfatiza que a participação ativa dos alunos



é um dos pilares da inclusão, e que suas opiniões devem ser levadas em conta na formação de práticas educativas.

Em síntese, as ferramentas e opções pedagógicas para a inclusão não se restringem a tecnologia ou materiais didáticos, mas também englobam uma postura ética, reflexiva e comprometida com o direito de todos ao acesso à educação. Ao aprender e implementar essas táticas, os educadores aumentam sua habilidade de ensinar de forma sensível, eficaz e justa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de um sistema educacional inclusivo vai além de normas legais e boas intenções; é necessário um profundo aprimoramento na cultura das instituições de ensino, na capacitação dos educadores e nas metodologias de ensino. Os distúrbios de aprendizagem, devido à sua complexidade e ao impacto direto que têm na educação, representam um desafio significativo para os docentes da educação básica. A falta de preparação para identificar, entender e agir em relação a essas condições revela uma carência histórica na formação inicial e ao longo da carreira dos profissionais da educação.

Neste texto, foi possível notar que os educadores enfrentam diversos obstáculos, como currículos de formação que não consideram a diversidade, falta de cursos específicos, ausência de suporte institucional, carência de recursos pedagógicos adaptados e sobrecarga emocional. Esses aspectos não só dificultam a inclusão efetiva, como também prejudicam o desenvolvimento global dos alunos com transtornos de aprendizagem.

Entretanto, também foram apresentadas opções viáveis e recursos que podem fortalecer a prática docente, incluindo o uso de tecnologias assistivas, metodologias diferenciadas, colaboração entre especialistas, materiais adaptados e escuta atenta dos estudantes. Essas abordagens, quando implementadas de forma intencional e com apoio institucional, possuem o potencial de transformar a sala de aula em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos podem aprender com dignidade, respeito e igualdade.

É crucial que as políticas públicas progridam para assegurar formações continuadas que sejam acessíveis, contextualizadas e fundamentadas em evidências científicas. A valorização da formação docente deve ser acompanhada de investimentos em infraestrutura, equipes multidisciplinares e na criação de materiais didáticos inclusivos. Além disso, é necessário promover uma mudança de visão, onde a diversidade seja considerada uma força potencial de aprendizagem, e não um empecilho.

A educação inclusiva, especialmente em relação aos transtornos de aprendizagem, não é uma tarefa simples, mas é uma tarefa viável. Isso requer um compromisso ético, sensibilidade pedagógica e ação em conjunto. Ao investirmos na formação dos educadores, estamos contribuindo para a construção de uma



escola mais humana, democrática e impactante. Uma escola que reconhece as particularidades de cada aluno e acredita que todos têm o direito de aprender e se desenvolver plenamente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/politica-nacional-de-educacao-especial>. Acesso em: 27 out. 2025.

CARVALHO, R. E. Saúde mental e inclusão escolar: desafios para a formação docente. Revista Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 45–60, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/32632>. Acesso em: 27 out. 2025.

FONSECA, V. Da inclusão à aprendizagem: práticas pedagógicas e recursos adaptados. São Paulo: Cortez, 2019.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

OLIVEIRA, M. A.; SILVA, L. R.; COSTA, J. P. Neurociência e formação docente: contribuições para a educação inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 27, n. 1, p. 89–104, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XYZ123456789>. Acesso em: 27 out. 2025.

REIS, A. C.; COUTINHO, M. P. Formação docente e inclusão escolar: entre políticas e práticas. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 46, n. 169, p. 1–20, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ABC987654321>. Acesso em: 27 out. 2025.